

D. PAULO EVARISTO ARNS E A DIMENSÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE SUAS INICIATIVAS PASTORAIS *

Cátia Regina Rodrigues **

Resumo: O presente estudo tem como objetivo compreender o modelo de Igreja católica em São Paulo construído durante os primeiros vinte anos da gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990) – quinto arcebispo metropolitano e terceiro cardeal de São Paulo. Foram pesquisadas e analisadas algumas de suas principais iniciativas pastorais em função de sua repercussão dentro e fora de São Paulo, e entre os membros da Arquidiocese de São Paulo e a população em geral. Pode-se afirmar que d. Paulo Arns empenhou-se firmemente para o fortalecimento da Igreja de São Paulo, mas também sempre procurou posicionar-se de maneira explícita em defesa dos direitos sociais e políticos de todas as pessoas, independentemente de classe social, convicção religiosa e ideologia política.

Palavras-Chave: Arquidiocese de São Paulo. Direitos Humanos. Pastorais Sociais. Periferia.

Abstract: The target of this study is to understand the model of Catholic Church in Sao Paulo built throughout the first twenty years of D. Paulo Evaristo Arns' conduct (1970 – 1990) – fifth metropolitan archbishop and third Sao Paulo cardinal. Some of his main pastoral initiatives were researched and analyzed due to its effect in and out of Sao Paulo, and among the members of the archdiocese of Sao Paulo and the population in general. It's possible to say that D. Paulo Arns intensely strives for the strengthening the Sao Paulo Church. but also he always tried to place himself in an explicit way in defense of social and political rights of all people, no matter the social class, religious beliefs and political ideologies.

Keywords: Sao Paulo Archdiocese. Human Rights. Social Pastorals. Suburbs.

Introdução

A tentativa de compreensão do modelo de Igreja católica em São Paulo construído durante os primeiros vinte anos de arcebisado de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990) é a grande motivação desse estudo. Quinto arcebispo metropolitano e terceiro cardeal de São Paulo, d. Paulo Arns esteve à frente da Arquidiocese de São Paulo de 1º. de novembro de

* Este texto é parte integrante, com cortes e alterações, da minha dissertação de mestrado, orientada pelo professor Dr. Ulysses Telles Guariba Netto. RODRIGUES, Cátia Regina. *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

** Jornalista. Mestra em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. catia.regina@uol.com.br

1970 a 22 de maio de 1998. Como se pode observar, nosso trabalho não compreende toda essa duração, mas uma época na qual registraram-se atividades e ações de grande repercussão por ele implementadas.

Constata-se pela literatura que boa parte dos autores tende a focar a história de d. Paulo Arns na Arquidiocese de São Paulo pelo ângulo de sua postura de enfrentamento contra os governos militares. Tal fato histórico, sem dúvida, deve merecer (e mereceu) toda a nossa atenção; porém, tentamos levantar o véu sobre outros aspectos de sua atuação. Isto significa que nossa intenção pautou-se pela busca de possíveis novas revelações sobre seu modo de pensar e agir, como também pela verificação das dimensões religiosa e sociopolítica de algumas de suas principais iniciativas pastorais.

Novo arcebispo de São Paulo

D. Paulo Evaristo Arns foi empossado no cargo de arcebispo da Arquidiocese de São Paulo no dia 1o. de novembro de 1970, na Catedral Metropolitana de São Paulo, substituindo d. Agnelo Rossi que fora nomeado prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos¹. A maioria dos autores sustenta a hipótese de que a transferência de d. Agnelo para Roma teria sido uma forma de escamotear a verdadeira intenção do papa Paulo VI, ou seja, a de afastá-lo do Brasil por suas atitudes consideradas complacentes em relação às arbitrariedades de autoridades militares e policiais.

Ao analisar as relações de d. Agnelo com os governos militares, Mainwaring (1989, p. 124) afirma que toda sua gestão no arcebispado de São Paulo foi “marcada por uma relutância em criticar o regime, por esforços para negar a existência de um conflito entre a Igreja e o Estado e por contínuas tentativas de negociar com o regime”.

Nas palavras de Bruneau (1974), outro estudioso sobre a Igreja católica no Brasil, d. Agnelo teria contemporizado o quanto pode para tentar contornar os conflitos surgidos entre membros da hierarquia e do clero com os governos militares. Podemos afirmar que Beozzo (1994), em seu livro *A Igreja do Brasil*, compartilha desse ponto de vista. Segundo suas considerações, o cardeal teria sempre preferido estabelecer contatos pessoais com os presidentes militares para denunciar abusos de seus subordinados ou interceder por presos políticos a fazer denúncias públicas.

¹ D. Paulo Evaristo Arns foi o quinto arcebispo de São Paulo. Sua nomeação para a Arquidiocese e a de d. Agnelo Rossi para a Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos foram oficialmente divulgadas no dia 22 de outubro de 1970. O fato foi publicado tanto pela Santa Sé, através de seu jornal *L'Osservatore Romano*, quanto pela nunciatura apostólica do Brasil.

Um episódio notório – que pode exemplificar o comportamento de d. Agnelo Rossi – foi o acontecimento da prisão e subsequente expulsão do país do padre operário Pierre Joseph Wauthier, nascido na França, mas que teria sido ordenado no Brasil. No dia 16 de julho de 1968, trabalhadores metalúrgicos de fábricas de Osasco, município da região metropolitana de São Paulo cuja economia era predominantemente industrial naquela época, decidiram entrar em greve contra a queda do poder aquisitivo de seus salários, reivindicando, entre outros itens, aumento salarial de 35% e reajustes trimestrais ².

O movimento grevista foi iniciado na fábrica onde trabalhava o padre Wauthier. Diretores da empresa teriam pedido ao sacerdote para interceder junto aos colegas operários fazendo com que eles desistissem da greve, mas ele teria recusado de tentar influenciá-los a favor da companhia. No segundo dia da greve, forças policiais e militares invadiram a fábrica e, entre os trabalhadores detidos, estava o padre Wauthier. (BRUNEAU, 1974; ALVES, 1979).

Após um mês preso no Departamento de Ordem Política e Social (o DEOPS, um dos principais órgãos de serviço secreto e repressão policial de São Paulo), foi-lhe permitido ficar em prisão domiciliar na residência de d. Agnelo Rossi. Mas, no dia 27 de agosto, enquanto o cardeal participava da Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, o padre foi retirado de sua residência e deportado para a França. A deportação não somente provocou protestos de d. Agnelo, mas também de padres e bispos de várias regiões do país. (BRUNEAU, 1974; ALVES, 1979).

Meses depois, a expulsão do padre Pierre Wauthier serviria de combustível para novos incidentes políticos entre d. Agnelo Rossi e o governo. No início de outubro de 1968, o cardeal recusou uma condecoração – a medalha da Ordem Nacional do Mérito – que estava prestes a receber do presidente Costa e Silva durante sua viagem de dois dias a São Paulo.

Conforme relata Bruneau (1974), ele teria recusado a distinção honorífica por sugestão de padres, bispos e até mesmo de leigos, que viam na atitude do governo uma tentativa de acobertar os conflitos suscitados com a expulsão do padre Wauthier.

D. Agnelo Rossi apresenta outra versão dos fatos. Pela leitura de seu Diário, ele nos leva a interpretar que teria consultado seus auxiliares (bispos e padres) para saber como

² A greve dos metalúrgicos de Osasco ocorreu durante o governo do marechal Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969) e teria durado apenas três dias. Os protestos eclodiram logo após outra grande manifestação de trabalhadores exigindo aumento salarial – a greve de metalúrgicos na cidade de Contagem, Minas Gerais, em abril de 1968. Cf. SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 156 – 159; e ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 119 – 126.

deveria agir e que eles teriam chegado à conclusão de que d. Agnelo poderia aceitar a condecoração. No entanto, ele acabou tomando a decisão de recusá-la, alegando as seguintes justificativas:

[...] além do caso do padre Wauthier [...], fiquei sabendo das repercussões desastrosas que essa comenda acarretaria ao meu trabalho pastoral junto aos universitários, operários e líderes intelectuais [...]. Embora não concordando com os preconceitos esquerdistas contra o atual governo, e para manter não somente independência mas até aparências de independência na minha atuação como presidente da CNBB, resolvi renunciar à condecoração. Foi um ato totalmente pessoal ³.

Em consequência desse ato pessoal, d. Agnelo Rossi sentiria o constrangimento de ser impedido de celebrar, como era de costume, a missa de primeira comunhão dos filhos dos militares, em dezembro daquele ano. Ao chegar a igreja para a realização da cerimônia, o cardeal foi informado de que não era mais *persona grata* e convidado a retirar-se do local. (BRUNEAU, 1974).

Com base nesses relatos, podemos presumir que tão intensas teriam sido as expectativas acerca da gestão do arcebispado por d. Paulo Evaristo Arns, sobretudo, entre os clérigos, ou seja, no meio eclesiástico. Assim como também podemos conjecturar de que ele deveria intuir quão peso político passariam a ter suas atitudes daquele momento em diante. Nesse sentido, o caso da prisão de um padre e de uma assistente social que trabalhava na sede da região episcopal sul da Arquidiocese de São Paulo pode configurar-se como um exemplo singular para essas hipóteses que levantamos.

D. Paulo Arns estava recém-empossado no cargo quando esse episódio aconteceu. No dia 27 de janeiro de 1971, o padre Giulio Vicini, que era pároco de uma igreja naquela região e a assistente social leiga Yara Spadini, que atuava como secretária da cúria regional, foram levados presos para o DEOPS, depois de uma blitz no local pela polícia. Os investigadores encontraram um estêncil, ainda não mimeografado, com o relato de prisões de operários que trabalhavam na cidade paulista de Mauá, um dos quais morreria depois de torturado.

Informado dos fatos no dia seguinte, 28 de janeiro, d. Paulo Arns decidiu ir pessoalmente ao DEOPS, mas não conseguiu encontrar-se com os presos. Esse encontro aconteceria somente dois dias mais tarde, após ele ter obtido autorização judicial para vê-los. E, durante a visita, ele constataria as torturas físicas sofridas por seus colaboradores. Tendo

³ Cf. ROSSI, d. Agnelo. *Diário (1964 – 1970)*, Pasta 1, p. 129 – 132.

confirmado pessoalmente as agressões, sua providência imediata foi denunciar ao então governador, Roberto Costa de Abreu Sodré, o que havia acontecido com o padre e a assistente social. O governador lhe recomendaria que levasse médicos de sua confiança para examinar os presos. No entanto, os médicos (um traumatologista, um ortopedista e um cardiologista) contatados pelo arcebispo para fazer o exame de ambos foram constantemente impedidos de encontrar-se com os presos.

Diante desses acontecimentos, d. Paulo Arns tomou a decisão “inaudita”, como bem afirma Alves (1979, p. 211), de denunciar publicamente as torturas físicas e psíquicas sofridas pelo padre e pela assistente social e protestar contra as versões policiais veiculadas pela imprensa local de que os presos eram subversivos. A nota de protesto-denúncia foi divulgada no jornal O São Paulo, o semanário da Arquidiocese, na qual d. Paulo Arns determinava ainda que o texto fosse afixado nas portas das igrejas e oratórios públicos, sem, porém, ser lido ou comentado durante os atos religiosos. A nota do arcebispo repercutiu no Brasil e também no exterior, tendo sido reproduzida por jornais e emissoras de rádio.

O “estratagema”, como define Alves (1979, p. 209), utilizado por d. Paulo Arns foi eficaz tanto para a proteção da integridade física dos presos, que não foram mais submetidos a subseqüentes sessões de tortura, quanto para dar agilidade ao andamento de seus processos na Justiça Militar – o padre Giulio Vicini foi condenado no dia 1o. de abril de 1971, a quatro meses de prisão; e a assistente social Yara Spadini foi absolvida.

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo

A prisão arbitrária do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini não significava um acontecimento incomum para a época. As operações de busca e detenção realizadas em áreas predeterminadas por grande número de policiais e militares foram freqüentes durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974). Essas táticas de blitz, como observa Alves (1984, p. 161), resultaram em “detenções em massa, espancamentos e intimidação generalizada”.

Como parte do arsenal de instrumentos de repressão policial-militar, não podemos esquecer da prática sistemática de tortura, usualmente aplicada como método de interrogatório. Alves chama atenção para o fato de que essa violência institucionalizada

funcionaria também como uma espécie de “método de controle político da população em geral”. Isso significava, segundo suas palavras, que o “uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um ‘efeito demonstrativo’ capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política”. (ALVES, 1984, p. 168 e 169).

A literatura revela que esse contexto político fez a Igreja católica tornar-se uma das poucas instituições a conseguir dialogar com as autoridades militares e, principalmente, a pretender tomar posições públicas contra a “cultura do medo”, como bem define Alves (1984, p. 169) – ou seja, contra as prisões injustificadas, os casos de tortura, desaparecimento e morte de presos políticos, o rígido controle sobre as entidades sindicais e a censura prévia imposta aos meios de informação e de cultura.

É nesse contexto de cultura do medo que surgiu a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, fundada, em 1972, por iniciativa de d. Paulo Evaristo Arns. Nossa intenção é realçar os motivos pelos quais a entidade foi criada e apresentar as principais atividades desenvolvidas durante seus primeiros anos de funcionamento, pois trata-se de um período de intensa atuação política. Isto exposto, queremos informar que consideramos como fonte de referência sobre o assunto a pesquisa acadêmica de Renato Cancian (2005), que aborda a história da entidade desde sua criação até o fim do regime militar.

A Comissão Justiça e Paz de São Paulo ⁴ – que doravante denominaremos CJP-SP – foi formada inicialmente por onze membros, que integravam o chamado Conselho Curador: três advogados, três juristas, um estudante universitário, um líder operário, uma agente pastoral e uma socióloga, além do arcebispo. Além de atender aos requisitos básicos estabelecidos pela Comissão Brasileira Justiça e Paz – ou seja, ser constituída por integrantes majoritariamente leigos e representantes de diferentes segmentos sociais e categorias profissionais – a CJP-SP, em função de sua composição, tinha a possibilidade de obter informações mais fidedignas sobre o que estava ocorrendo “no meio operário e sindical, no meio estudantil, nas auditorias da Justiça Militar e nas prisões”. (CANCIAN, 2005, p. 73).

D. Paulo Arns teria decidido formar a nova organização porque, na sua opinião, tal medida significava “dotar a Igreja paulista de um instrumento capaz de fornecer uma nova

⁴ A Comissão Justiça e Paz de São Paulo funciona na Cúria Metropolitana de São Paulo até os dias atuais. A entidade teria sido a primeira comissão do gênero de âmbito arquidiocesano oficializada pela Comissão Brasileira Justiça e Paz – CBJP, entidade vinculada à CNBB que fora instalada, em outubro de 1969, no Rio de Janeiro.

base de sustentação à campanha pelos direitos humanos, promovida com o objetivo de remediar a situação dos presos e perseguidos políticos e contestar publicamente o regime militar”. (CANCIAN, 2005, p. 59).

Dada a realidade política em que o país vivia, as atividades iniciais da CJP-SP estiveram voltadas preferencialmente para a defesa dos direitos de presos políticos. Por isso durante seus três primeiros anos de funcionamento, a entidade direcionou mais intensamente suas atividades para a assistência jurídica e a ajuda material a presos políticos e a seus familiares.

As famílias, com parentes vítimas da repressão policial-militar e por isso encontravam-se em dificuldades financeiras, tiveram ampla acolhida. Como relata Cancian (2005, p. 76), “nessas situações, a CJP-SP providenciava alimentos, roupas, empregos, alojamento, assistência médico-hospitalar e psicológica e ajuda financeira”. Por outro lado, os beneficiados retribuíam o auxílio recebido, trabalhando voluntariamente como datilógrafos, escreventes ou secretárias.

Nesses primeiros anos de funcionamento, a CJP-SP também conseguiu denunciar (ao menos no exterior) os casos de violações dos direitos dos presos políticos. Até meados de 1974, a entidade enviou relatórios com denúncias de casos de tortura para o Conselho Mundial de Igrejas (organização internacional que congrega mais de 340 Igrejas cristãs), a Santa Sé e, principalmente, para a Anistia Internacional (entidade internacional dedicada à investigação e divulgação de casos de violações de direitos humanos no mundo).

No Brasil, tais denúncias foram sendo mais amplamente divulgadas pela imprensa com a suspensão da censura prévia aos veículos de comunicação, a partir de 1975. A medida, devemos lembrar, fazia parte da política de afrouxamento do regime militar autoritário, com vistas ao retorno da democracia no país, preconizada pelo presidente general Ernesto Geisel (15 de março de 1974 – 15 de março de 1979) logo no início de seu mandato.

Após seus três primeiros anos de fundação, a CJP-SP ampliaria suas atividades para a promoção e defesa dos direitos de segmentos socialmente marginalizados. Nesse sentido, foram levantados, através de estudos científicos, os principais problemas socioeconômicos da população pobre de São Paulo, os casos de violência policial contra presos comuns e as condições de vida de adolescentes moradores de rua.

Essas pesquisas resultaram em livros de grande repercussão no Brasil e no exterior. Em relação aos presos comuns, a entidade seguiria os mesmos procedimentos adotados em

relação aos presos políticos, isto é, colocaria à disposição das vítimas advogados para lhes dar assistência jurídica, além de registrar seus depoimentos e de tentar averiguar os fatos e denunciá-los publicamente.

Ainda na década de 70, a atuação da CJP-SP estender-se-ia também aos movimentos de apoio às lutas contra a repressão e perseguições político-militares a cidadãos sul-americanos, principalmente uruguaios, chilenos e argentinos. Além disso, a entidade lhes prestaria assistência material e financeira.

Também os brasileiros banidos pelo regime militar, e que encontravam-se refugiados no exterior, receberiam amplo apoio da CJP-SP. Nesse caso, Cancian (2005) relata sobre uma campanha liderada pela entidade contra restrições impostas pelos consulados e embaixadas do Brasil no exterior para expedição, prorrogação e substituição de passaportes, salvo-condutos e vistos para os exilados brasileiros e seus dependentes, o que lhes dificultavam permanecer em um determinado país ou mesmo viajar para outro.

Com a mudança da conjuntura política com o fim do regime militar, a CJP-SP iniciaria um processo de reestruturação de suas atividades. Em meados de 1980, a entidade redefiniu suas diretrizes de ação, passando a desenvolver pesquisas, estudos e publicações, e a realizar seminários, palestras e campanhas cujos temas, de interesse social e de importância para a Igreja católica no Brasil, estivessem relacionados a problemas políticos, sociais e econômicos do país, como “as questões de defesa e promoção dos direitos humanos, da justiça social e da paz”. (CANCIAN, 2005, p. 140).

Teria essa reformulação significado um arrefecimento de sua atuação política? Considerando os relatos de Cancian (2005) e informações contidas no documento *Síntese de sua história e proposta de ação futura*, de autoria da CJP-SP, ao menos de imediato isso não teria ocorrido.

A Operação Periferia

D. Paulo Evaristo Arns lançaria, ainda no início de seu arcebispado, uma iniciativa própria denominada Operação Periferia, que fora definida como um “programa missionário interno” da Arquidiocese de São Paulo⁵. Em outras palavras, a idéia era tentar sensibilizar e mobilizar a população em geral para as dificuldades pelas quais estavam passando os

⁵ No *Relatório Quinquenal (1970 – 1974)* da Arquidiocese de São Paulo, Parte VII, p. 18 – 22, encontramos informações detalhadas sobre os objetivos da Operação Periferia

moradores dos bairros periféricos de São Paulo. Esses problemas eram interpretados como “marginalização socioeconômica e religiosa”, como podemos verificar no texto sobre as justificativas para a implantação da Operação Periferia apresentadas no *Relatório Quinquenal (1970 – 1974)* da Arquidiocese.

Mas o que seria “marginalização socioeconômica” do ponto de vista da Igreja de São Paulo? Os dados descritos nesse relatório nos dão algumas respostas. A instituição registrara, por exemplo, que, ao final do ano de 1974, quase 40% da população (urbana e rural) vivia em áreas periféricas da região metropolitana de São Paulo⁶. Vemos também que, para a instituição, essa “marginalização” configurava-se pelo fato de haver “uma falta de participação dos indivíduos nos bens, serviços e recursos que a sociedade produz e [...] na elaboração das decisões que orientam o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto”⁷.

No tocante à situação de “marginalização religiosa”, o entendimento da Arquidiocese de São Paulo é de que a instituição estava “insuficientemente presente” em todas as regiões da metrópole e a maioria da população não tinha uma participação efetiva em suas atividades pastorais. Além disso, verifica-se uma nítida preocupação de que seria necessário oferecer assistência religiosa aos migrantes que chegavam continuamente a São Paulo.

Na nossa opinião, há dois aspectos importantes que explicam o fato da Igreja de São Paulo confiar para si a responsabilidade de tentar encontrar soluções para problemas “socioeconômicos e religiosos” da população. Primeiro, tal postura significava a manifestação de sua missão cristã, pois, sendo uma instituição que parecia desejar seguir as diretrizes estabelecidas pelo Concílio Vaticano II, deveria vivenciar e participar da vida em sociedade focando tanto questões espirituais quanto temporais. Em segundo lugar, tratava-se de uma tentativa de evitar o aumento de conversões a outras religiões, principalmente o protestantismo, o espiritismo e a umbanda.

A Operação Periferia foi anunciada por d. Paulo Arns, no dia 19 de fevereiro de 1972, durante seu programa radiofônico semanal “Encontro com o Pastor”, apresentado na Rádio Nove de Julho, pertencente à Arquidiocese de São Paulo. Também iniciava-se, naquele mês, a Campanha da Fraternidade da CNBB, cujo lema era “Descubra a felicidade de servir”.

Analisando a alocação de d. Paulo Arns, transcrita na íntegra no jornal *O São Paulo*, podemos concluir que a Operação Periferia foi lançada, coincidentemente no ano dessa

⁶ Segundo dados do *Relatório Quinquenal (1970 – 1974)*, a população da Grande São Paulo correspondia a 7.768.668 habitantes em 1974, dos quais 3.012.837 moravam em áreas periféricas.

⁷ Cf. *Relatório Quinquenal (1970 – 1974)*, Parte VII, p. 19 e 20.

Campanha da Fraternidade, como um projeto explícito de tentar despertar o sentimento de “servir” à causa em favor dos moradores da periferia de São Paulo.

Padre Ubaldo Steri, ex-coordenador da Operação Periferia, explica que o projeto assim foi denominado porque se intencionava passar a idéia de que “deveria ser um momento forte e uma ação intensa e urgente que deveria envolver todo mundo”⁸. Para atingir esse intento, fora inclusive constituída uma equipe de coordenação com representantes das sete regiões em que estava dividido o território da Arquidiocese de São Paulo.

A Operação Periferia tinha como um de seus objetivos básicos⁹ incentivar a formação de novas comunidades eclesiais de base. Mas por que estimular o surgimento de CEBs ao invés de paróquias pelos bairros periféricos de São Paulo? Vejamos o que diz padre Steri sobre qual seria o entendimento de d. Paulo Arns sobre esse assunto¹⁰:

Tradicionalmente, pensava-se em construir uma paróquia, fazer uma igreja, mas, na visão de d. Paulo, o que interessava era chegar logo ao povo e testemunhar alguma coisa. E não ir lá para ficar três anos construindo uma igreja. A igreja não é problema do povo. O povo não precisa de igreja, mas precisa de comida, assistência e escola. Eles não têm nada disso e você vai lá para fazer uma igreja. Isso é ridículo. Construir uma igreja pode ser uma decisão justa, mas não é disso que eles precisam. Eles precisam ser gente, ser considerados gente, se reunir e crescer na fé, testemunhar a solidariedade e trabalharem juntos. A partir disso é que se cria novamente uma comunidade eclesial.

No nosso entender, a prioridade para a criação das CEBs aliava uma preocupação, que deveria ser sincera, com problemas sociais e econômicos da população a uma tentativa de aumentar efetivamente a presença da Igreja católica nos bairros periféricos de São Paulo.

Para que as CEBs pudessem manter-se em condições de funcionamento, ficara decidido também que deveriam ser construídos centros comunitários em cada bairro, que tornar-se-iam as sedes dessas comunidades. Padre Steri nos revela onde os integrantes de uma recém-criada CEB normalmente se encontravam até conseguirem um local fixo para as reuniões¹¹:

⁸ Depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

⁹ A Operação Periferia tinha quatro objetivos básicos: formar comunidades eclesiais de base, treinar lideranças locais para essas CEBs, construir centros comunitários em cada bairro e coordenar recursos humanos e materiais para as comunidades de bairros periféricos, incentivando maior aproximação entre as paróquias de bairros centrais e as mesmas. Cf. *Relatório Quinquenal (1970 – 1974)*, Parte VII; e DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: Uma Igreja em operação periferia*. São Paulo: Paulus, 1995, capítulo 2.

¹⁰ Depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

¹¹ Depoimento de padre Ubaldo Steri em 06/03/2008.

A gente chegou a se reunir nas ruas e na casa de uma ou de outra pessoa, mas isso não é bom. Nós experimentamos que é bom ter um local neutro. As pessoas têm mais liberdade. [...] Além disso, esse centro comunitário seria um local onde a comunidade realizaria algumas atividades, respondendo a seus problemas, como analfabetismo e falta de trabalho. Lá, a comunidade realiza cursos, monta uma creche. Tudo depende da criatividade e das condições de cada comunidade.

Segundo padre Steri, os primeiros centros comunitários foram construídos no final de 1972. No estudo acadêmico de Domezi (1995) sobre a Operação Periferia, verificamos que uma parte dos recursos auferidos pela Arquidiocese de São Paulo com a Campanha da Fraternidade daquele ano fora destinada ao programa. Porém, não encontramos informações sobre o montante de recursos que teria sido aplicado somente na construção dos centros comunitários.

Um gesto concreto que teria ajudado na expansão dos centros comunitários foi a decisão de d. Paulo Arns de vender o Palácio Pio XII, até então residência oficial dos arcebispos de São Paulo. A propriedade foi vendida, no dia 4 de junho de 1973, à construtora Kobayashi Habitacional Industrial do Brasil por cinco milhões de dólares. Parte desse dinheiro teria sido investida na compra de terrenos para os centros comunitários, mas também, nesse caso, não encontramos informações sobre o valor da quantia destinada. E, nos anos 80, a Arquidiocese de São Paulo teria solicitado constantes ajudas financeiras de entidades católicas do exterior, principalmente da Alemanha, para conseguir prosseguir na ampliação dos centros comunitários.

Segundo afirmações de Domezi (1995), as CEBs teriam se multiplicado na periferia de São Paulo sobretudo de meados dos anos 70 até meados dos anos 80. O *Relatório Quinquenal (1975 – 1979)* é o documento que apresenta informações mais precisas sobre o crescimento de centros comunitários, que, como dissemos, funcionavam como sede dessas comunidades.

Os dados revelam que o número de centros comunitários nas regiões da Arquidiocese de São Paulo onde estavam situados os bairros mais periféricos era comparativamente maior do que o de paróquias. A título de ilustração, verifica-se que na região Sé (região central) havia 69 paróquias e apenas 12 centros comunitários até 1979. Por outro lado, na região Itapecerica da Serra (correspondendo a uma extensa área da região sudoeste do território arquidiocesano) somavam-se 96 centros comunitários e apenas 24 paróquias. Considerando o

número total, constata-se o registro de 506 centros comunitários ante 377 paróquias espalhadas por todas as regiões da Arquidiocese de São Paulo.

No *Relatório Quinquenal (1985 – 1989)*, temos a informação de que teriam sido construídos mais 118 centros comunitários, de junho de 1984 a abril de 1989. No entanto, não constam informações desagregadas sobre sua localização. Como a Arquidiocese foi desmembrada em março de 1989, acreditamos que esses dados não foram incluídos porque não refletiam, naquele momento, a real situação administrativa e pastoral da instituição.

Pelas informações do *Relatório Quinquenal (1980 – 1984)*, as atividades mais comuns realizadas nos centros comunitários tinham cunho religioso (como aulas de catequese, batizados, casamentos e cultos), social (festas em geral) e educativo (cursos de alfabetização). Padre Ubaldo Steri lembra ainda que as pessoas reuniam-se para também falar de seus problemas pessoais e relativos aos bairros onde moravam.

Em artigo sobre as origens e o desenvolvimento das CEBs no Brasil, Pierucci (1982, p. 48 e 49) destaca justamente a questão da “heterogeneidade” como característica básica dessas comunidades. Ele explica sua definição afirmando, por exemplo, que algumas CEBs teriam surgido de “experiências de renovação paroquial”; outras, da “insatisfação de um grupo de militantes com as estruturas massificantes da paróquia [...]”; e umas, por iniciativa de bispos, padres, religiosas ou leigos. O estudioso observa ainda que essas comunidades eram diferentes entre si também em função de sua localidade (sendo rurais ou urbanas) e de sua composição social, além da ênfase a suas atividades que poderia lhes dar um caráter ou religioso, caritativo, educativo ou político.

Origem e desenvolvimento de três Pastorais Sociais

O objetivo desse subcapítulo é tentar historiar três ações pastorais sociais que foram desenvolvidas na Arquidiocese de São Paulo por iniciativa ou por incentivo de d. Paulo Evaristo Arns, considerando o período de 1970 a 1990.

Decidimos pesquisar essas experiências em virtude da grande repercussão de suas atividades dentro e fora de São Paulo, levando a um reconhecimento da CNBB que passou a integrá-las no conjunto de ações pastorais sociais propostas para todas as dioceses do país.

Mas o que seria uma Pastoral Social? Entendemos que trata-se de um serviço oficialmente instituído pelas dioceses com o objetivo fundamental de contribuir com a busca

de soluções para problemas vivenciados por pessoas social e economicamente marginalizadas. O desenvolvimento desse serviço específico geralmente ocorre graças à participação ativa de um número expressivo de voluntários, em sua maioria católicos.

A Pastoral Operária

O processo de oficialização e estruturação da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo começou, em 1970, ainda na gestão de d. Agnelo Rossi. O então cardeal-arcebispo designaria, em junho daquele ano, o frei Luís Maria Alves Sartori para coordenar a Pastoral Operária na qual participariam grupos que atuavam no movimento operário e no meio empresarial.

Para os trabalhadores cristãos, no entanto, a data marcante do surgimento da Pastoral Operária é 18 de outubro de 1970. Isso porque, naquela época, vários sindicatos de trabalhadores costumavam reunir-se, anualmente, no mês de outubro, para promover reivindicações coletivas. Waldemar Rossi, um dos fundadores da Pastoral Operária, lembra os motivos da importância da data:

Nesse ano, tivemos também sete ou oito sindicatos que se uniram para reivindicar, sobretudo, o fim do arrocho salarial. Por isso sugerimos a “Missa do Salário Justo”. O cardeal (*Agnelo Rossi*) fez questão de celebrar a missa e, naturalmente, ficou então instituída a Pastoral Operária naquele dia¹².

A Pastoral Operária estava criada, mas não havia uma definição clara de sua atuação devido às divergências de interesses entre os grupos integrantes – militantes da Juventude Operária Católica (JOC), da Ação Católica Operária (ACO), participantes da Unicolor, da Frente Nacional do Trabalho (FNT), dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos, empresários cristãos, representantes do Instituto Morumbi, da Missão Pedro e Paulo e também dos grupos de comunidades eclesiais de base¹³.

¹² Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

¹³ JOC e ACO (movimentos de trabalhadores jovens e adultos católicos), Unicolor (Unidos Num Só Coração, movimento de defesa da harmonia de interesses entre empresários e trabalhadores), FNT (entidade que congregava operários, religiosos e profissionais liberais cristãos), Círculos dos Trabalhadores Cristãos (instituições leigas de assistência social e educativa), Instituto Morumbi (entidade criada por incentivo de d. Agnelo Rossi com o objetivo de promover o diálogo entre as classes sociais), Missão Pedro e Paulo (movimento ligado aos padres operários franceses). Informações extraídas de AUGUSTO, Adailton Maciel. *Mística e utopia: História da Pastoral Operária em São Paulo (1970 – 1996)*. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997, p. 72 e 73; Pasta 2 de d. Agnelo Rossi. *Diário (1964 – 1970)*. Apêndice 3. p. 46; Também depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

Rossi conta que logo na primeira reunião convocada pelo frei Luís Sartori ficou evidenciado de que não haveria possibilidade de um trabalho conjunto, resultando na saída da maioria dos grupos. Ele relata que permaneceram apenas dois grupos – o representante das comunidades e o da Unicolor, que era ligado ao frei Luís Sartori.

No entanto, o impasse prosseguiu em relação à orientação dos objetivos da Pastoral Operária. Somente na primeira assembléia realizada, no início de 1972, que foi finalmente estabelecida a linha prioritária de sua atuação: a de uma “PO classista”, ou seja, que reconhecia “a existência da luta de classes causada pela própria estrutura e natureza do capitalismo”¹⁴. Rossi conta que d. Paulo Evaristo Arns, presente à reunião, manifestou seu apoio aos trabalhadores, declarando-se favorável à proposta defendida por ele em nome da classe operária.

Com essa tomada de decisão, foi possível definir os objetivos da Pastoral Operária. Ficou estabelecido, portanto, que deveriam ser priorizadas, por exemplo, a formação de militantes operários; a participação nos locais de trabalho, sindicatos e nos bairros; a elaboração de um boletim informativo da Pastoral Operária; e a organização de uma biblioteca com temas de interesse do operariado na Arquidiocese de São Paulo.

A decisão dos militantes da Pastoral Operária, de tentar estender suas atividades para locais não-tradicionais para exercer pressão política, talvez possa ser compreendida a partir desta explicação de Rossi:

Desde o começo, nós entendíamos que a luta da classe operária não deveria apenas se travar dentro da empresa, no caso, especificamente dentro das fábricas, ou do sindicato. Ela está presente na vida inteira dos trabalhadores. Eu morava num bairro, Vila Rica (*zona leste de São Paulo*), onde, na época em que eu me mudei para lá, em fins de 1965, não tinha sequer transporte coletivo, iluminação pública; não tinha rede de esgoto, água canalizada. Essas coisas deveriam ser colocadas. Por quê? Porque revelavam que o poder público ficava extremamente preocupado com os bairros de classe rica, mas não dava a menor “bola” para a periferia¹⁵.

Ele enfatiza que, desde o começo da fundação da Pastoral Operária, o entendimento entre seus integrantes assentava-se na convicção de que a luta da classe operária deveria acontecer em todos os ambientes de convívio dos trabalhadores.

¹⁴ Cf. Comissão Arquidiocesana de Pastoral Operária. *Pastoral Operária: Situação, Método, Proposta*. São Paulo, 1984, p. 33.

¹⁵ Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

O lançamento do primeiro plano pastoral da Arquidiocese de São Paulo em abril de 1976, com vigência até abril de 1978, seria outro fator a possibilitar maior visibilidade das atividades da Pastoral Operária. O tema mundo do trabalho foi escolhido como uma das quatro ações prioritárias pela Igreja de São Paulo. Integrantes da Pastoral Operária estiveram presentes às reuniões convocadas pela Arquidiocese de São Paulo para discussão e escolha das prioridades pastorais¹⁶.

Pela explicação de Rossi, a denominação Pastoral do Mundo do Trabalho (presente textualmente no documento desse primeiro plano) foi utilizado no lugar de Pastoral Operária de maneira proposital, de forma a tentar evitar que um grupo de trabalhadores pudesse sentir-se excluído das atenções da Arquidiocese. Ele afirma que:

Não se queria, digamos, excluir quem defendesse uma linha um pouco diferente da Pastoral Operária. E também se queria passar a seguinte idéia: “Não vamos nunca excluir a possibilidade de trabalhar com empresários cristãos”.¹⁷

O fato de ser um planejamento de âmbito arquidiocesano significava que as prioridades de ação pastoral deveriam ser consideradas por toda a Igreja de São Paulo, ou seja, ser colocadas em prática em todas as regiões. Com isso, a militância da Pastoral Operária contribuía para a mobilização de moradores, sobretudo dos bairros mais periféricos da cidade, exigindo das autoridades governamentais, entre outras reivindicações, a ampliação e melhoria de serviços públicos, como saneamento básico, transporte coletivo, hospitais e postos de saúde; além do aumento do número de moradias para a população de baixa renda e da legalização de loteamentos clandestinos.

Sem querer nos alongar sobre acontecimentos já bastante comentados e analisados, queremos apenas recordar a ligação entre a Pastoral Operária e o renascimento do movimento operário durante o período de abertura política preconizada pelo governo militar. Muitos dos integrantes da Pastoral Operária passaram a envolver-se ativamente nas sucessivas (e de grande repercussão política) greves deslanchadas, entre 1978 e 1980, por trabalhadores metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, onde concentrava-se boa parte do parque industrial automobilístico do país.

¹⁶ No primeiro planejamento bienal da Arquidiocese de São Paulo, foram escolhidos como prioritários os temas “mundo do trabalho”, “comunidades eclesiais de base”, “periferia” e “direitos humanos e marginalizados”. Aliás, o tema “mundo do trabalho” foi um item constante nos planos pastorais lançados durante toda a gestão de d. Paulo Evaristo Arns. Cf. SOUZA, Ney de (org.). Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004). São Paulo: Paulinas, 2004, p. 547 – 549.

¹⁷ Depoimento de Waldemar Rossi em 09/04/2008.

Além disso, alguns dos mais combativos integrantes da Pastoral Operária também envolveram-se em campanhas eleitorais principalmente de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, participando de chapas de oposição. Conforme explica Rossi, essa nova vertente de militância incentivaria o surgimento de outros movimentos de oposição sindical, primeiramente em São Paulo e, em seguida, em outras cidades do país. Todo esse esforço tinha como objetivo fazer com que os sindicatos, até então tutelados pelo Estado, passassem a ser realmente representativos dos interesses do operariado. Porém, as derrotas foram sucessivas, pois, mesmo ganhando as eleições, os candidatos das chapas de oposição muitas vezes foram impedidos de assumir a direção dos sindicatos durante o governo militar.

Com a redemocratização do país, a Pastoral Operária voltaria a priorizar a formação de novos militantes, de modo a tentar recompor sua força política, porque muitos dos antigos integrantes partiram para uma militância político-partidária, passando a integrar os quadros do Partido dos Trabalhadores (o PT).

A Pastoral da Moradia

A Pastoral da Moradia como serviço estruturado da Arquidiocese de São Paulo surgiu em 1987, com a promulgação do quinto plano de pastoral da instituição, cuja vigência era de 1987 a 1990¹⁸. Ficou estabelecido que sua atribuição seria a de “esclarecer e sensibilizar para a realidade da moradia” todas as pessoas, independentemente das religiões que professassem.

Além disso, a Pastoral da Moradia estaria voltada, preferencialmente, para o atendimento às pessoas de baixa renda com algum problema relacionado à moradia. As ações, portanto, eram dirigidas a moradores de favelas, cortiços, conjuntos habitacionais e prédios de apartamentos; além de moradores de rua e migrantes.

O *Relatório Quinquenal (1985 – 1989)* traz também informações sobre a situação de “crise da moradia” na cidade de São Paulo. Os dados estatísticos, que teriam sido obtidos junto à Prefeitura de São Paulo, revelam um crescimento significativo do número de favelas e cortiços entre os anos de 1968 e 1988. De acordo com o relatório, a proporção de favelados teria sido de 0,8% da população paulistana em 1968, passando para 4% em 1978 e saltando

¹⁸ Ver *Relatório Quinquenal (1985 – 1989)* sobre a criação da Pastoral da Moradia, p. 55 e 57. O documento traz informações também sobre o 5o. Plano de Pastoral (1987 – 1990). Foram definidas, neste plano, as seguintes ações pastorais para a Arquidiocese de São Paulo: além de “moradia”, também “comunicação” e “mundo do trabalho”. Ibid, p. 168 e 169.

para 7,8% em 1988. Quanto aos moradores de cortiços, eles teriam aumentado de 9% da população paulistana em 1975 para 28% em 1988.

Padre Guilherme Reinhard, que foi coordenador da Pastoral da Moradia entre 1991 e 1996, lembra que essa situação de aumento de favelas e cortiços na cidade de São Paulo foi o fator que impulsionou a organização desse novo serviço por parte da Arquidiocese de São Paulo. Ele afirma que:

A partir dessa realidade econômica (ele refere-se ao crescimento do desemprego e à conseqüente piora das condições de vida, principalmente das classes mais pobres do país, ocasionados pela recessão econômica no início dos anos 1980), a Pastoral da Moradia nasceu e foi se estruturando pelas regiões episcopais. Cada uma passou a montar uma pequena equipe para acompanhar favelas e cortiços existentes em sua área. A coordenação arquidiocesana foi formada por representantes de cada região episcopal. Havia reuniões mensais e assembléias anuais para avaliação e planejamento de suas atividades e lutas concretas. Muitas vezes, aprendíamos mais com os fracassos, como nos casos de despejo, do que com as vitórias, porque analisávamos os porquês junto com eles¹⁹.

Na visão de Evaniza Rodrigues, que foi secretária-executiva da Pastoral da Moradia por dois anos, o novo serviço significou a “costura” de todas ações que vinham sendo desenvolvidas por diferentes movimentos de moradia atuantes nas regiões da Arquidiocese de São Paulo. Ela cita alguns desses movimentos:

[...] na região Ipiranga, existia uma atuação forte de movimentos de favelas, ligados à Igreja católica. No centro, havia os movimentos de cortiços desde 1979. O grande feito, então, foi essa “costura” de ações para a cidade como um todo e que vai se chamar Pastoral da Moradia. E os movimentos de moradia, que existiam pelas regiões, passaram a atuar em conjunto²⁰.

Nos primeiros anos de criação da Pastoral da Moradia, as equipes espalhadas pelas regiões da Arquidiocese de São Paulo foram constituídas majoritariamente por moradores dos bairros, que, voluntariamente, ajudavam nos trabalhos de orientação e coordenação de novos grupos de agentes pastorais de moradia. Havia apenas alguns poucos padres e religiosas participando das equipes regionais de Pastoral da Moradia, pois eles tinham dificuldades para conseguir ser liberados de suas funções nas paróquias onde trabalhavam.

Segundo os entrevistados, a multiplicação de novos agentes pastorais a partir de cursos de formação foi uma das prioridades dos integrantes da coordenação da Pastoral da Moradia.

¹⁹ Depoimentos de padre Guilherme Reinhard (via e-mail) em 10 e 22/05/2008.

²⁰ Depoimento de Evaniza Rodrigues em 05/05/2008.

Padre Reinhard cita outras ações realizadas: “Visitávamos o povo e suas lideranças, acompanhávamos suas assembléias e reuniões com autoridades. Também foram criados laços com alguns movimentos populares de favelados e encortiçados.”²¹

Nesse sentido, Evaniza lembra o episódio sobre o primeiro projeto de lei de iniciativa popular encaminhado pelos movimentos de moradia ao Congresso Nacional, em 1991, propondo mudanças na política habitacional até então vigente no país. Em virtude da mobilização dos movimentos de moradia, o governo sancionaria, em junho de 2005, a lei de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, estabelecendo a concentração de recursos para subsidiar a construção de moradias para população de baixa renda. Segundo relata Evaniza, d. Paulo Evaristo Arns e d. Luciano Mendes de Almeida, que na época era presidente da CNBB, ajudaram a fazer com que a instituição disseminasse a proposta dos movimentos de moradia por todo o país.

A Pastoral Carcerária

Os primeiros passos rumo à institucionalização de uma Pastoral Carcerária na Arquidiocese de São Paulo ocorreram em 1985. Naquela data, d. Paulo Evaristo Arns decidiu nomear um padre responsável oficialmente pelo serviço de assistência a homens e mulheres presos. A criação da Pastoral Carcerária iria possibilitar uma organização e ampliação das atividades, uma mudança de visão sobre o atendimento até então oferecido e uma conscientização sobre as características do sistema carcerário de São Paulo.

A presença de religiosas, sacerdotes e leigos já vinha se intensificando, sobretudo, a partir de 1970, em três maiores presídios localizados na zona norte da cidade de São Paulo – Casa de Detenção de São Paulo (já extinta), Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária do Estado de São Paulo (antiga unidade prisional masculina onde funciona, desde 2005, a Penitenciária Feminina Sant’Ana). No entanto, as atividades eram realizadas mais pelo empenho particular dos voluntários, sem haver uma metodologia de trabalho e uma articulação entre eles.

Os trabalhos iniciais da Pastoral Carcerária ficaram, porém, mais concentrados na Casa de Detenção, como podemos inferir das informações do *Relatório Quinquenal (1985 – 1989)* da Arquidiocese de São Paulo. Talvez em virtude de o presídio abrigar a maior população carcerária comparativamente com a de outras unidades prisionais situadas na área da Arquidiocese de São Paulo.

²¹ Depoimentos de padre Guilherme Reinhard (via e-mail) em 10 e 22/05/2008.

Inicialmente, a equipe teria sido formada por dezenove agentes pastorais: dois sacerdotes, duas religiosas e dois leigos, trabalhando duas vezes por semana em período integral; e mais dez leigos e três religiosas, exercendo atividades a cada semana ou a cada quinze dias.

Pelas informações do *Relatório Quinquenal (1985 – 1989)*, observa-se que a atuação desses integrantes junto aos presos não limitou-se ao aspecto religioso, no sentido de oferecer “conforto” espiritual por meio de visitas, orações ou missas periódicas. Foram empreendidas também ações socioeducativas, como estudos sobre a Bíblia, aulas de música e teatro e cultivo de hortas comunitárias por presos com doença mental como tratamento terapêutico.

A religiosa e psicóloga Maria Emília Guerra Ferreira foi quem ajudou na realização das primeiras aulas sobre textos bíblicos. Ela começou a atuar, em 1986, na Casa de Detenção a convite do padre Antonio Macedo Silva, o primeiro coordenador da Pastoral Carcerária. Ele era o capelão do presídio. Maria Emília conta que foram os próprios presos que solicitaram o curso:

O padre Macedo celebrava missas nos pavilhões. Ele me chamou para participar das missas. Na hora da homilia, ele me cedia a palavra para que eu conversasse sobre os textos bíblicos. Começamos justamente no pavilhão 8. Foi o primeiro pavilhão liberado pela diretoria da Casa de Detenção. Eles pensavam que o padre Macedo iria desistir, porque o pavilhão 8 era o lugar dos presos reincidentes, tido como muito perigoso naquele tempo²².

Além dos estudos semanais sobre a Bíblia, a religiosa afirma que depois foram introduzidas as aulas de canto por incentivo do padre Macedo, resultando na formação de grupos de presos, inicialmente os do pavilhão 8 (ou seja, no prédio 8), para tocar e cantar durante as missas semanais. Maria Emília lembra ainda que a iniciativa foi depois estendida aos outros cinco pavilhões onde ficavam alojados os detentos:

Os presos dos outros pavilhões passaram a pedir que fossem organizados novos grupos de reflexão bíblica. Eles diziam que também queriam participar. Todo trabalho de reflexão começava antes com um canto. Então, começaram a aparecer vários presos que sabiam tocar. Eram católicos e não-católicos. Não importava a religião que professavam. Passaram a ser momentos de liberdade para eles²³.

²² Depoimento de irmã Maria Emília Guerra Ferreira em 26/04/2008.

²³ Idem

As atividades foram se ampliando com a iniciativa de um grupo de jovens de teatro, que passaram a freqüentar a Casa de Detenção e começaram a ajudar os presos a escrever peças de teatro e apresentá-las para outros detentos. A partir dessa experiência, surgiu a idéia de montar também cursos de redação, teatro e artesanato.

Além dessas ações religiosas e socioeducativas, os membros da Pastoral Carcerária passaram a analisar e propor soluções para os principais problemas com os quais freqüentemente deparavam-se nas penitenciárias onde mais atuavam (como a Casa de Detenção e a Penitenciária Feminina da Capital), levando-os a tomar posições em defesa dos direitos dos presidiários.

Essa reformulação de objetivos iria acontecer a partir de 1988. Nesse ano, d. Paulo Arns nomeou uma nova equipe de coordenação da Pastoral Carcerária, com três pessoas. O padre Antonio Macedo Silva foi substituído por padre Francisco Reardon, quem já freqüentava a Casa de Detenção desde 1985 para visitar alguns jovens do bairro de Brasilândia, zona norte de São Paulo, que estavam presos. Na época, Reardon era vigário de uma paróquia localizada neste bairro e decidira organizar uma equipe de leigos voluntários para visitar semanalmente os jovens, que acabaram integrando-se ao grupo da Pastoral Carcerária.

A irmã Maria Emília explica que o padre Macedo deixou a coordenação da Pastoral Carcerária porque fora designado para assumir outras atividades: “Ele foi nomeado reitor do Seminário da Freguesia do Ó. Além disso, ele também trabalhava numa paróquia.”²⁴

Além de Maria Emília, a terceira pessoa integrante da nova equipe de coordenação era o leigo Itamar Bopp Júnior. Ele já atuava na Pastoral Carcerária. Aliás, desde 1976, ele fazia visitas a presos da Casa de Detenção.

Em sua segunda fase, com a nomeação do padre Reardon, o serviço passou por uma reestruturação, o que significou a implementação de novas ações, tanto dirigidas para os integrantes da Pastoral Carcerária, quanto para os detentos. Começaram a ser realizadas reuniões mensais com todos os voluntários para avaliação das atividades implementadas.

Além disso, a coordenação passou a preocupar-se mais com a formação de novos agentes de pastoral, com vistas a poder estender as atividades para outras unidades prisionais, mas principalmente garantir a continuidade da existência da Pastoral Carcerária. Vejamos a declaração de Maria Emília:

²⁴ Depoimento de irmã Maria Emília em 26/04/2008.

A Pastoral Carcerária faz muita distinção entre visitas e trabalhos. Há pessoas que vão visitar presos, vão visitar as cadeias. Há outras que vão “trabalhar” com os presos nas penitenciárias e distritos. Na Pastoral Carcerária, existia uma preocupação de organização de um trabalho, com metodologia, para que tivesse continuidade. Se houvesse mais pessoas para visitar os presos todo dia, toda hora, seria ótimo, porque você, de certa forma, mexe com a estrutura carcerária. Mas o que eu quero dizer é no sentido de uma formação de agentes de pastoral. A irmã Assunção (*nome religioso da irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira*) e eu ficávamos todos os dias da semana, de segunda a segunda, de 9 da manhã até as 6 da tarde na Casa de Detenção, realizando cursos, reuniões e visitas²⁵.

Foram também idealizadas ações específicas visando os presos e suas famílias. No entanto, algumas propostas não tiveram longa duração, como os próprios entrevistados admitem. Havia, por exemplo, uma proposta de ressocialização. O objetivo era incentivar alguns dos ex-presidiários a ter uma oportunidade de trabalho por conta própria. Os entrevistados contam que chegaram a alugar uma casa para que os ex-presos lá se instalassem e pudessem iniciar algum negócio. A experiência, porém, não surtiu os resultados esperados. Na opinião de Itamar, a interrupção do projeto deveu-se ao pouco interesse demonstrado pelos ex-detentos:

Tentamos também um trabalho com os presos egressos. Como eles têm dificuldade para arrumar emprego, imaginamos que eles pudessem trabalhar por conta própria – como pintor, ambulante, alfaiate, carpinteiro, etc. Chegamos a alugar uma casa no Brás (*região central de São Paulo*), no bairro onde morava a família de um ex-presos. Mas poucos se interessaram pela nossa proposta²⁶.

Outras iniciativas, no entanto, foram mais bem-sucedidas. A irmã Maria Emília enfatiza a atuação ativa da Pastoral Carcerária em relação a direitos individuais dos presos, resultando em discussões mais abrangentes sobre o sistema penitenciário do país. Em relação a esse assunto, ela dá o seguinte testemunho:

Mas uma iniciativa que se desenvolveu muito com o padre “Chico” foram os trabalhos da Pastoral Carcerária na parte jurídica. Sempre tivemos muito contato com juízes. Sempre tivemos muito acesso para falar dos descasos

²⁵ Depoimento da irmã Maria Emília em 26/04/2008. Obs.: A irmã Maria Isabel Jesus de Oliveira foi diretora da Penitenciária Feminina da Capital por doze anos. A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, a qual ela pertence, foi responsável pela administração do presídio, por contrato firmado com o governo do Estado de São Paulo, de 1942 a 1978. Após essa data, as religiosas integraram-se às atividades coordenadas pela Pastoral Carcerária.

²⁶ Depoimento de Itamar Bopp Júnior em dia 26/04/2008.

com os presos. E a partir de casos particulares, começamos a tratar da questão carcerária. A Pastoral Carcerária teve influência sobre algumas propostas jurídicas que hoje existem – por exemplo, o direito à visita íntima para as mulheres, o direito à liberdade condicional também para as estrangeiras, e outras²⁷.

Em seus dez primeiros anos de funcionamento (de 1985 a 1994), as atividades da Pastoral Carcerária estenderam-se para 84 estabelecimentos prisionais (a maioria distritos policiais) situados na área da Arquidiocese de São Paulo. Nesse período, essas unidades abrigavam um contingente de 15.642 presos. O número de agentes pastorais praticamente dobrou, chegando a 36 voluntários – , dos quais 22 leigos.

Conclusão

A atuação de d. Paulo Evaristo Arns à frente da Arquidiocese de São Paulo esteve sempre alicerçada em questões religiosas/institucionais mas também político-sociais durante o período estudado (1970 – 1990). A análise de algumas de suas iniciativas pastorais de grande repercussão nos levou a concluir que houve uma intenção explícita de tomar para si a atribuição de fortalecer o cristianismo em São Paulo, através de seu empenho pessoal no sentido de tentar formar o maior número de fiéis para exercer algumas tarefas eclesiais e de incentivar a expansão de comunidades eclesiais de base (CEBs), principalmente em regiões com número reduzido de paróquias.

Por outro lado, as atitudes de d. Paulo Arns revelaram um esforço contínuo de tentar tornar a Igreja de São Paulo uma instituição que efetivamente interagisse com o meio social onde estava inserida, procurando conhecer as múltiplas dificuldades enfrentadas por diferentes pessoas (independentemente de sua condição socioeconômica, convicção religiosa ou ideologia política), entender seus pontos de vista e contribuir para a busca de soluções.

Entendemos que essa forma de compreensão de d. Paulo Arns sobre como a Igreja de São Paulo deveria ser e agir é resultado do processo de reelaboração de novos paradigmas que foram defendidos para o mundo católico inteiro pela própria Igreja católica. Somam-se também a esse fato sua formação franciscana e as experiências vivenciadas durante sua carreira religiosa.

²⁷ Depoimento da irmã Maria Emília em 26/04/2008.

Referências e fontes

Livros

- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974.
- _____. *Religião e politização no Brasil: A Igreja e o regime autoritário*. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e atuação política (1972 – 1985)*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL OPERÁRIA. *Pastoral Operária: Situação, Método, Proposta*. São Paulo, 1984.
- DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: Uma Igreja em operação periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.
- KOWARICK, Lúcio (coord.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBANIO, João Batista. *O que é pastoral*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MUSYNSKI, Maria Judith de Brito. *O impacto político das migrações internas: O caso de São Paulo (1945 – 1982)*. São Paulo: Idesp, 1986.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. 1a. ed. São Paulo: Kairós, 1979.

SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 1964 – 1985. Tradução Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja católica em São Paulo (1554 – 2004)*. São Paulo: Paulinas, 2004.

VÁRIOS AUTORES. *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*. 13^a. ed. São Paulo: Loyola, 1982.

Periódicos

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. In *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997, p. 145 – 155.

BITTENCOURT, Getúlio e MARKUM, Paulo Sérgio. D. Paulo Evaristo Arns: O cardeal do povo. In *História Imediata*. São Paulo: Alfa-Omega, n. 4, 1979.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A Igreja do povo. In *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências (EBC), v.1, n. 2, abr. 1982, p. 49 – 53.

PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Origens e desenvolvimento. In *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências (EBC), v.1, n. 2, abr. 1982, p. 48 e 49.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 15, abr. 1997, p. 51 – 71.

Teses e dissertações

AUGUSTO, Adailton Maciel. *Mística e utopia: História da Pastoral Operária em São Paulo (1970 – 1996)*. Dissertação de Mestrado em Teologia Dogmática. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 1997.

FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: Impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975)*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FERREIRA, Maria Emília Guerra. *A produção da esperança numa situação de opressão: Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru*. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 1994.

Documentos de Igreja

CNBB. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Edições CNBB, 2008.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Jornal O São Paulo* (edições semanais de 1964 a 1989) _____ . *Livros do Tombo (1948 – 1993)*

_____. *Livros de Crônicas*, v. 1 e 2 (arcebispado de d. Paulo Evaristo Arns)

_____. *I Plano de Pastoral 1976 – 1977*

_____. *II Plano de Pastoral 1978 – 1980*

_____. *III Plano de Pastoral 1981 – 1983*

_____. *IV Plano de Pastoral 1984 – 1986*

_____. *V Plano de Pastoral 1987 – 1990*

_____. *Relatório Qüinqüenal 1970 – 1974*

_____. *Relatório Qüinqüenal 1975 – 1979*

_____. *Relatório Qüinqüenal 1980 – 1984*

_____. *Relatório Qüinqüenal 1985 – 1989*

_____. *Relatório Qüinqüenal 1989 – 1994*

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. *Síntese de sua história e proposta de ação futura*, sem data.

Pastas 1 e 2 de d. Agnelo ROSSI. *Diário (1964 – 1970)*.

Arquivo do Escritório Nacional da Pastoral Carcerária

Pasta H (01), Seção F, Doc. 024, sem paginação. *Histórico Pastoral Carcerária*.

